

POLÍTICA DE PRIVACIDADE LGPD – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

PO-ADM-01 REV.04

LGPD – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS



REV.	DATA	DESCRIÇÃO
00	29/06/23	Emissão Inicial
01	01/07/24	Alteração do código PO-SGI-03 para PO-ADM-01.
02	13/11/24	Inclusão do item 7.1 Bloqueio Temporário de Acesso em Período de Férias
03	24/01/25	Alteração no item 7.1 Bloqueio Temporário de Acesso em Período de Férias, incluindo, licenças médicas e outras situações regulamentadas.
04	19/02/25	Inclusão do item 7.2. Monitoramento por Câmeras de Segurança.

ELABORADOR	APROVADOR				
Nome: Roberto Marin / Francisca Sousa	Nome: Jan Ghelman				
VERIFICADO E PUBLICADO PELA QUALIDADE					
Nome: Fernanda Santos	Data: 19/02/25				



LGPD – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS



SUMÁRIO

1.	OBJETIVO	4
2.	CAMPO DE APLICAÇÃO	4
	DOCUMENTOS E NORMAS DE REFERÊNCIA	
4.	QUEM SOMOS	4
5.	DADOS PESSOAIS COLETADOS	4
6.	BASES LEGAIS	6
7.	COMO PROTEGEMOS AS INFORMAÇÕES E DADOS PESSOAIS	6
8.	DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS	8
9.	QUAIS INFORMAÇÕES COMUNICAMOS OU TRANSFERIMOS A TERCEIROS?	9
10.	QUANTO TEMPO MANTEMOS A INFORMAÇÃO?	10
11.	PROPRIEDADE INTELECTUAL E INDUSTRIAL	10
12.	CONDIÇÕES GERAIS DE USO E RESPONSABILIDADE	10
13.	LEI E JURISDIÇÃO APLICÁVEIS	11
	DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE	



LGPD – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS



1. OBJETIVO

O objetivo desta Política de Privacidade é proteger a privacidade e os dados pessoais dos seus clientes, parceiros e colaboradores, em conformidade com a **Lei nº 13.709/2018**, que dispõe sobre proteção de dados pessoais ("**LGPD**"). Desse modo, a Civil Master demonstra seu compromisso com o cumprimento de regulamentos e leis que derivam do processamento das informações necessárias para a prestação de seus serviços e do uso de tecnologias de informação e comunicação. Em particular, a Civil Master se compromete a tratar os dados pessoais de forma transparente, segura e respeitando os direitos dos seus titulares.

2. CAMPO DE APLICAÇÃO

A presente Política de Privacidade se aplica a colaboradores da Civil Master; todos os terceiros, pessoas físicas ou jurídicas, que atuam para ou em nome da Civil Master em atividades que envolvam tratamento de dados pessoais; e titulares de dados pessoais, cujos dados são tratados pela Civil Master.

Todas as operações de tratamento de dados pessoais estão sujeitas à presente Política de Privacidade e demais leis aplicáveis relativas à privacidade e proteção de dados pessoais. A adesão a este documento por parte de todos os destinatários referidos acima é obrigatória.

3. DOCUMENTOS E NORMAS DE REFERÊNCIA

A presente Política foi elaborada com base nas leis:

- Lei Federal nº 13.709/2018 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, "LGPD" Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2018/Lei/L13709.htm
- Lei Federal nº 13.853/2019, responsável por alterar a Lei Geral de Proteção de Dados, "LGPD" Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/ Ato2019-2022/2019/Lei/L13853.htm

4. QUEM SOMOS

A Civil Master é uma empresa dedicada ao ramo de engenharia em altura com sede na Rua Joaquim Palhares nº 40, 4º andar, Cidade Nova, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20260-080, inscrita no CNPJ sob o nº 02.617.158/0001-30.

Disponibilizamos o contato da Encarregada Francisca Maria Santos Sousa através do e-mail lgpd@civilmaster.com.br para comunicações e notificações relacionadas ao tratamento de dados pessoais, incluindo o exercício de direitos dos titulares de dados pessoais, conforme estabelecido nesta Política.

5. DADOS PESSOAIS COLETADOS

Os dados pessoais referem-se a qualquer informação relacionada a uma pessoa natural identificada ou identificável. Considera-se uma pessoa natural identificável aquela que pode ser identificada, direta ou indiretamente, através de um elemento de identificação, como nome, número de identificação, dados de localização, e-mail, contato de WhatsApp, identificação online ou mais

LGPD – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS



fatores específicos da identidade física, psicológica, genética, mental, econômica, cultural ou social dessa pessoa.

Coletamos, armazenamos e processamos os seguintes dados pessoais de colaboradores e de clientes necessários para a prestação de nossos serviços: nome, data de nascimento, endereço, telefone, email, RG, CPF, CNH, Carteira de Trabalho, sexo, certificado de reservista, local de trabalho, naturalidade, estado civil, filiação, sindicato, grau de instrução, título de eleitor, PIS, data de admissão, cargo, salário, horário de trabalho, dados bancários, matrícula do funcionário, GFIP, DCTFWEB, certidões negativas de condutores de veículos, CREA, CAU, CRM, horas trabalhadas e extras, faltas, afastamentos e os seguintes dados pessoais sensíveis: raça, ASO, resultado de exames, atestados, dado biométrico, caderneta de vacinação, imagem, vídeo, foto e voz.

Estas informações são recolhidas para as finalidades abaixo elencadas. A Civil Master atesta que somente são tratados os dados pessoais essenciais para cada finalidade.

Finalidade	Dado Pessoal	Dado Pessoal Sensível
Contratação e mobilização de	Colaborador: Nome, endereço,	Colaborador e dependentes:
pessoal	telefone, e-mail, CTPS, foto,	Caderneta de vacinação.
	certidão de nascimento e/ou	
	casamento, identidade, CPF, PIS,	
	título de eleitor, reservista,	
	comprovante de residência,	
	comprovante de escolaridade,	
	registro no conselho profissional,	
	dados bancários, certidões	
	negativas de condutores de	
	veículos, naturalidade, estado	
	civil, filiação.	
	Documentos de dependentes:	
	Identidade, CPF, certidão de	
	nascimento, comprovante de	
	escolaridade.	
Desenvolvimento adequado dos	Nome, identidade, CPF, PIS, data	
serviços oferecidos pela Civil	de nascimento e filiação.	
Master		
Fornecimento de benefício para	Nome, identidade, CPF, data de	
funcionários	nascimento.	
Na realização de obrigações	A depender da obrigação	A depender da obrigação
vinculadas ao contrato de trabalho		
Exercício regular de direitos em	Dados requisitados de acordo com	Dados requisitados de acordo com
processo judicial, administrativo	a demanda do processo.	a demanda do processo
ou arbitral.		
Consolidação dos relatórios	Nome, salário, encargos.	
contábeis.		
Elaboração de materiais para		Imagens, vídeos e áudios dos
promoção comercial ou		funcionários.
campanhas internas		



LGPD – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS



Nesta hipótese, a prestadora de serviço (filmagem, design etc.) responsável pela coleta destes dados, assinará um Termo de Confidencialidade com a organização. Além disto, o colaborador deverá assinar um termo de autorização de uso da imagem, para que esta seja efetivamente utilizada pela		
Civil Master		
Treinamentos	Nome, CPF, identidade, data de nascimento, comprovante de residência, comprovante de escolaridade, ASO e dados bancários	Imagem
Cumprimento de obrigação legal e/ou contratual envolvendo a área de Saúde, Segurança e Meio Ambiente ("SSMA"),	Dados necessários para a finalidade	Exames médicos e demais dados necessários para a finalidade.

A Civil Master poderá coletar dados pessoais, por meio do *site*, ou sempre que os mecanismos de contato ou solicitação de informações forem preenchidos pelo próprio titular de dados.

6. BASES LEGAIS

<u>Dados Pessoais</u> - O artigo 7º da Lei Geral de Proteção de Dados estabelece as bases legais que autorizam o tratamento de dados pessoais. Na Civil Master o tratamento de dados pessoais é realizado em conformidade com as seguintes hipóteses autorizadoras: cumprimento de obrigação legal ou regulatória (art. 7º, II, LGPD), obrigação contratual (art. 7º, V, LGPD), exercício regular de direitos (art. 7º, VI, LGPD) e legítimo interesse (art. 7º, IX, LGPD).

<u>Dados Pessoais Sensíveis</u> - O artigo 11 da Lei Geral de Proteção de Dados estabelece as bases legais que autorizam o tratamento de dados pessoais sensíveis. Na Civil Master o tratamento de dados pessoais é realizado em conformidade com as seguintes hipóteses autorizadoras: consentimento (art. 11, I, LGPD), cumprimento de obrigação legal ou regulatória (art. 11, II, alínea a, LGPD) e exercício regular de direitos (art. 11, II, alínea d, LGPD).

7. COMO PROTEGEMOS AS INFORMAÇÕES E DADOS PESSOAIS

A Civil Master tem um compromisso elevado com a segurança das informações e com o cumprimento dos requisitos legais. Nesse sentido, para garantir a confidencialidade, disponibilidade e integridade das informações, em especial da proteção dos dados pessoais tratados de forma física ou virtual, a Civil Master adota as melhores práticas e medidas técnicas possíveis.



LGPD – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS



Definimos essa Política de Proteção de Dados como cumprimento obrigatório para as partes envolvidas no tratamento dos dados pessoais. Nessa Política, estabelecemos diretrizes para uniformizar o tratamento de dados pessoais nos processos da organização, visando disseminar a cultura de segurança dos dados pessoais em consonância com os princípios da LGPD de finalidade, necessidade, transparência, adequação, livre acesso, qualidade dos dados, segurança e prevenção.

Desenvolvemos procedimentos de controle de acesso, segurança de sistemas e comunicações, gestão de incidentes, violações de segurança e procedimentos de suporte à informação.

Ampliamos as ações de sensibilização e formação necessárias para garantir o cumprimento dessa política e procedimentos. Em qualquer assunto referente a dados pessoais a Civil Master disponibiliza o e-mail lgpd@civilmaster.com.br, por meio do qual os titulares dos dados podem exercer seus direitos, solicitações ou informações.

7.1 Bloqueio Temporário de Acesso em Período de Férias:

Para proteger os dados pessoais e assegurar a conformidade com as melhores práticas de segurança, o acesso dos colaboradores aos sistemas corporativos será suspenso temporariamente durante seus períodos de afastamento, incluindo férias, licenças médicas e outras situações regulamentadas. Exceções a essa medida serão analisadas pelo Encarregado de Proteção de Dados (DPO), considerando justificativas apresentadas e os riscos envolvidos, antes de autorizar ou não o acesso durante o afastamento.

7.2 Monitoramento por Câmeras de Segurança

A Civil Master realiza o monitoramento por câmeras de segurança em suas dependências com a finalidade exclusiva de proteção patrimonial, segurança dos colaboradores e visitantes, conforme permitido pelos artigos 7°, II e IX da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). As câmeras estão instaladas somente em áreas comuns e operacionais, devidamente sinalizadas, garantindo transparência quanto ao monitoramento. Não há gravação em ambientes privativos, como banheiros, vestiários ou áreas de descanso.

O acesso às imagens captadas é restrito a pessoal autorizado, conforme diretrizes internas de segurança. As gravações poderão ser compartilhadas exclusivamente com:

- Órgãos de segurança pública, mediante solicitação oficial;
- Prestadores de serviço, quando estritamente necessário para manutenção dos sistemas de monitoramento;
- Autoridades judiciais ou administrativas, quando houver determinação legal.

As imagens são armazenadas em ambiente seguro, com controle de acesso e criptografia. O prazo de retenção das gravações é de 90 dias, salvo necessidade de retenção por exigência legal ou para resquardar direitos da empresa.

Os titulares de dados podem solicitar acesso às imagens nas seguintes condições:

- Mediante justificativa fundamentada, informando data, horário e local do registro solicitado;
- Desde que não comprometa a privacidade de terceiros ou a segurança da empresa.

LGPD – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS



O pedido pode ser realizado via e-mail para lgpd@civilmaster.com.br, e será respondido em até 15 dias.

A eliminação antecipada das imagens poderá ser negada se houver obrigação legal de retenção ou necessidade de preservação para resguardar direitos da empresa.

8. DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS

A Civil Master possibilita a utilização de meios essenciais para atender o direito à informação e obter o consentimento, nos casos necessários, garantindo a legalidade do processamento de dados pessoais.

No momento da obtenção ou coleta dos dados, a organização compromete-se a informar às pessoas envolvidas: a identidade do controlador, a finalidade, as possíveis comunicações ou transferências e a possibilidade de exercer os direitos estabelecidos na LGPD.

A Civil Master reconhece e garante o exercício dos direitos do titular, sendo eles:

A. Confirmação da Existência do Tratamento e Direito ao Acesso:

É direito do titular de dados obter a confirmação da existência de tratamento dos seus dados pessoais. Além de ter o direito de ser informado sobre quais dados foram tratados, o titular poderá também acessar as seguintes informações:

- finalidade específica do tratamento;
- forma e duração do tratamento, observados os segredos comercial e industrial;
- identificação do controlador;
- informações de contato do controlador;
- informações acerca do uso compartilhado de dados pessoais pelo controlador;
- responsabilidades dos agentes que realizarão o tratamento; e
- direitos do titular, com menção explícita aos direitos contidos no art. 18 da LGPD.

B. <u>Direito à Correção:</u>

O titular dos dados possui o direito à correção dos dados incompletos, inexatos ou desatualizados.

• C <u>Direito de Anonimização, Bloqueio ou Eliminação de Dados</u> Pessoais:

O titular poderá requerer a anonimização, bloqueio ou eliminação de dados excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD.

D. <u>Direito De Portabilidade:</u>

O titular dos dados poderá solicitar à Civil Master para que seus dados pessoais sejam transmitidos a outro Controlador.

LGPD – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS



Destacamos que para o exercício deste direito, se faz necessária a regulamentação pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

E. <u>Direito à Eliminação dos Dados Tratados:</u>

O titular dos dados possui o direito de requerer a eliminação de seus dados pessoais em decorrência de qualquer uma das circunstâncias abaixo

- Os dados pessoais não são necessários para a finalidade para o qual foram recolhidos;
- O titular dos dados pessoais deseja retirar o consentimento para o tratamento dos dados;
- O titular dos dados pessoais se opõe ao tratamento (quando a base legal permitir);
- Os dados pessoais foram processados ilegalmente;
- Os dados pessoais devem ser excluídos para o cumprimento de uma obrigação legal que possa ser estabelecida.

• F. Direito à Informação das Entidades Públicas e Privadas com as quais o Controlador Realizou uso Compartilhado de Dados.

O titular tem o direito à informação acerca das entidades públicas e privadas com as quais a Civil Master realizou o compartilhamento de dados.

• **G.** Direito à Informação sobre a Possibilidade de não Fornecer Consentimento:

O titular tem o direito de não fornecer o consentimento para o tratamento de dados, nas hipóteses em que a base legal utilizada pela Civil Master seja o consentimento.

• **H.** <u>Direito De Revogação Do Consentimento</u>:

O consentimento poderá ser revogado a qualquer momento mediante manifestação expressa do titular, por procedimento gratuito e facilitado, ratificados os tratamentos realizados sob amparo do consentimento anteriormente manifestado enquanto não houver requerimento de eliminação.

Para o exercício desses direitos, a Civil Master dispôs o contato pessoal, com o setor de coordenação, através do e-mail lgpd@civilmaster.com.br.

9. QUAIS INFORMAÇÕES COMUNICAMOS OU TRANSFERIMOS A TERCEIROS?

Como prática corrente, a Civil Master apenas compartilha informações pessoais com terceiros, ou concede-lhes acesso, quando é necessário para desenvolver uma prestação adequada do serviço, para cumprir a obrigações jurídicas, fiscais, legais e corporativas, ou para o desenvolvimento de determinados processos ou atividades dos terceirizados e cooperadores e devidamente adequadas ao previsto pela LGPD e ou pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD.



LGPD – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS



Ademais, para garantir que o tratamento adequado desses dados seja efetivado, foram contratados serviços de consultoria e auditoria, mediante termo de confidencialidade assinado.

Além disso, contamos com serviços terceirizados que são fundamentais para a prestação e desenvolvimento dos nossos serviços. Como é o caso dos serviços de hospedagem externa (housing) ou de hospedagem na web (hosting).

Para a prestação desses serviços, foram celebrados contratos de processamento externo correspondentes, que garantem o cumprimento à conformidade com as exigências estabelecidas pela Lei Geral de Proteção de Dados. Também pode ser subcontratada uma courier ou agência de correios para entrega e envio de documentos.

A Civil Master poderá compartilhar os dados pessoais dos funcionários e/ou ex-funcionários com a consultoria jurídica. A Civil Master também poderá compartilhar os dados pessoais dos funcionários com a consultoria contábil.

10. QUANTO TEMPO MANTEMOS A INFORMAÇÃO?

De maneira geral, a Civil Master segue a prática de reter as informações e os dados pessoais pelo tempo estritamente necessário e definido em lei e regulamentos aplicáveis, normas da ANS, a fim de cumprir as finalidades para os quais foram obtidos. Ao término da prestação do serviço, os dados são bloqueados para evitar qualquer tipo de processamento adicional, mas ainda ficam disponíveis para os titulares, Administrações Públicas, Juízes e Tribunais, para atender eventuais responsabilidades decorrentes do processamento, durante o período de prescrição destes. Após esse período, a eliminação dos dados é realizada.

A definição dos prazos de retenção é baseada em obrigações contratuais e em expectativas e requisitos dos titulares. Quando o prazo de guarda e conservação expira, os dados são excluídos ou destruídos com segurança, de acordo com as exigências da LGPD.

11. PROPRIEDADE INTELECTUAL E INDUSTRIAL

O conteúdo dos serviços, sites e redes sociais da Civil Master, incluindo a sua estrutura, design, textos, código fonte, logotipos, marcas e outros sinais distintos, são propriedade exclusiva da Civil Master e estão protegidos pelos direitos de propriedade intelectual e industrial correspondentes. Imagens, vídeos, sons, áudios, documentos do Sistema de Gestão Integrado e outros elementos gráficos contidos nos portais também são protegidos pelos direitos correspondentes.

De acordo com a Lei 9.610/98, conhecida como Lei dos Direitos Autorais (LDA), é expressamente proibido copiar, reproduzir, publicar ou alterar qualquer conteúdo do site da Civil Master, a qual é proprietária de seus direitos patrimoniais, sem sua autorização prévia.

12. CONDIÇÕES GERAIS DE USO E RESPONSABILIDADE

A Civil Master disponibiliza uma variedade de mídias, como endereços web, grupos de WhatsApp, Instagram, Facebook, LinkedIn, entre outras, a fim de fornecer ao público informações sobre as

LGPD – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS



atividades que realiza, produtos e serviços que presta, bem como para possibilitar a contratação de determinados serviços.

Com objetivo de manter as informações atualizadas, os conteúdos publicados podem ser modificados, corrigidos, excluídos ou aditados a qualquer momento, razão pela qual é recomendável verificar sua validade e precisão em fontes oficiais. Além disso, essa política de privacidade está sujeita a alterações, correções ou modificações, para atender às necessidades da Civil Master e cumprir as leis aplicáveis.

a. Responsabilidade pela operação do site

Embora a Civil Master implemente os mecanismos necessários para reduzir e corrigir erros e atualizar seu conteúdo o mais rápido possível, não pode garantir a ausência de equívocos no acesso aos seus serviços web e em seu conteúdo. Ademais, a Organização não pode ser responsabilizada por erros, interferências ou interrupções do serviço decorrentes de vírus de computador, falhas de telefone ou rede, desconexões e outras falhas motivadas por circunstâncias fora do controle do proprietário do site. A Civil Master reserva-se o direito de suspender temporariamente o funcionamento dos seus serviços web, sempre que necessário para manutenção, reparação, atualização ou aprimoramento. A empresa também se reserva o direito de negar ou retirar o acesso ao portal e aos serviços oferecidos sem aviso prévio, a seu pedido ou de terceiros, aos usuários que não cumpram essas Condições Gerais de Uso. Importante destacar que a Civil Master não é responsável pelos conteúdos postados pelos usuários ou por terceiros em fóruns, comentários ou redes sociais associadas ao site, embora sejam fornecidos os meios precisos, para remover este tipo de conteúdo e para garantir o cumprimento da legislação aplicável, bem como o respeito pelos direitos das pessoas afetadas e ordem pública. Caso os usuários detectem qualquer conteúdo que os afetem a esse respeito, recomenda-se entrar em contato com a Civil Master o mais rápido possível, através dos meios fornecidos.

b. Responsabilidade pelos links

Os hiperlinks contidos em nossos serviços web tem o intuito de prover aos usuários acesso a informações e recursos relacionados, os quais podem estar localizados em serviços web, gerenciados por terceiros. A **Civil Master** não gere, analisa, nem pode ser responsabilizada pelo conteúdo, operação ou informação dos sítios Web com os quais não mantém qualquer relação. A **Civil Master** não pode ser responsabilizada por quaisquer danos e prejuízos decorrentes do acesso a esses links externos. Ademais, a inclusão dessas conexões não sugere qualquer associação, fusão ou participação com entidades.

13. LEI E JURISDIÇÃO APLICÁVEIS

Com o intuito de solucionar quaisquer questões decorrentes do presente instrumento, tais como resolução de conflitos, litígios ou reclamações que possam surgir em relação aos serviços web mencionados nesta política de privacidade, a regulação será regida pelas disposições das leis nacionais. As partes envolvidas elegem o Foro Central da Comarca do RIO DE JANEIRO- RJ, como local competente para tratar tais questões, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.



14. DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE

a. E-mails

A Civil Master considera o endereço de e-mail e o nome dos titulares de dados pessoais armazenados em nosso banco de dados interno como informações essenciais para a comunicação acerca das atividades desenvolvidas. Portanto, tratamos essas informações com zelo e segurança.

Ao clicar em "Ciente" na nossa Política, o titular concorda com o recebimento desses materiais de comunicação. No entanto, caso não deseje mais recebê-los, é possível cancelar a inscrição enviando um e-mail para lgpd@civilmaster.com.br.

b. Confidencialidade

Os dados coletados por quaisquer meios de cadastro são armazenados no banco interno da Civil Master, estando disponíveis apenas para os colaboradores/parceiros responsáveis pelo tratamento de dados (comprometidos com o sigilo e confidencialidade) para melhor atender aos titulares dos dados pessoais.

Cada comunicação que recebemos é confidencial e tratamos isso com muita seriedade e compromisso.

Caso deseje se descadastrar basta entrar em contato com a nossa equipe do setor de coordenação através do e-mail lgpd@civilmaster.com.br

c. Mensagens não solicitadas

Caso verifique que esteja recebendo mensagens não solicitadas, por favor, encaminhe um relato para equipe responsável, diretamente na Civil Master lgpd@civilmaster.com.br. Vamos analisar a situação imediatamente e, se cabível, cancelaremos a sua inscrição nos canais identificados.

